

Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 21 DE NOVEMBRO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JÚNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAÚJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HÉLIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LÁZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUÍZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURÍCIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quiêlse Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Thomazoni
2.º Secretário — Quiêlse Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

- Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Maurício Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).
Secretário — Rita Celestino Soares
Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

- Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

- Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.
Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro
Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

- Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Maurício Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

- Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência

SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.
Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto
Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sático

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente — Antonio Lopes Júnior
Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo
Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agilides de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;
Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB).

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.
Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélis Guimarães Sotto Ma'or.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.
Vice-Presidente — Maurício Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.
Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Maurício Fruet (MDB).

2ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 182ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 21 de Novembro de 1972
(Terça-Feira)

Presidência do sr. Deputado Antonio Costa, secretariada pelos srs. Deputados: Domicio Scaramella e Muggiati Filho.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes — Antonio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quilse Crisóstomo — Domicio Scaramella — Antonio Belinati — Antonio Lopes Júnior — Antonio Maciel — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Borsari Neto — Candido Martins de Oliveira — David Federmann — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — João Mansur — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomei — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Muggiati Filho — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior — Santos Lima — Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva e Mauricio Fruet (36), achando-se ausentes os srs. Deputados Rosário Pitelli — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Arizone Araujo — Basilio Zanusso — Hélio Manfrinato — João Fadel — Nivaldo Kruger — Odilon Reinhardt — Paulo Poli e Pinto Dias (11).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido. Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 36 srs. Deputados.

Discussão única — da Proposição n. 125-72, Veto apostado ao Projeto de Lei n. 9-72, de autoria do sr. Deputado Ivo Thomazoni, referenda alienação de área de terras com 242,00m², situadas em Morro das Caieiras, Município de Guaratuba conforme especificações anexa. — Relatório da C.C. J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. Em votação. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 22, às 14,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Discussão única — da Proposição n. 127-72.

Levanta-se a sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 183ª Sessão Ordinária
Realizada em 21 de Novembro de 1972
(Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos srs. Deputados Domicio Scaramella e Quilse Crisóstomo.

A hora Regimental é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes — Antonio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quilse Crisóstomo — Domicio Scaramella — Antonio Belinati — Antonio Lopes Júnior — Antonio Maciel — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Borsari Neto — Candido Martins de Oliveira — David Federmann — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — João Mansur — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomei — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Muggiati Filho — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior — Santos Lima — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (37) achando-se ausentes os srs. Deputados Rosário Pitelli — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Arizone Araujo — Basilio Zanusso — Hélio Manfrinato — Nivaldo Kruger — Paulo Poli — João Fadel e Pinto Dias. (10).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte **EXPEDIENTE:**

MENSAGENS

MENSAGEM 56-72

Curitiba, 27 de outubro de 1972.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre a abertura ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n. 6.253, de 3 de dezembro de 1971, de um crédito especial no valor de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), destinado ao atendimento de despesas com "Contribuições de Previdência Social", do Departamento Estadual do Serviço Público.

O crédito especial cuja autorização para abertura é solicitada a essa Augusta Casa de Leis, constitui-se uma medida altamente necessária ao Departamento Estadual do Serviço Público, eis que permitirá ao referido Departamento equacionar a problemática do seu pessoal no tocante a cobertura previdenciária. Como recurso para abertura do crédito especial em questão é previsto, conforme determina a Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964, o necessário cancelamento de verbas no vigente Orçamento do Estado.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) **PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA** — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial no valor de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela lei n. 6.253, de 3 de dezembro de 1971, para atender despesas com Contribuição de Previdência Social do Departamento Estadual do Serviço Público de acordo com a seguinte especificação:

ÓRGÃO PRINCIPAL: GOVERNO DO ESTADO

PROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

UNIDADE EXECUTORA: DEPARTAMENTO ESTADUAL DO SERVIÇO PÚBLICO.

DOTAÇÃO: 72 — 0,5 — 40 — 04 — 0

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES

3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

3.2.5.0 — Contribuição de Previdência Social Cr\$ 5.000,00

Art. 2.º — Como recurso para cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar, na mesma Dotação e Unidade Executora, importância de igual valor do Elemento 3.1.4.0. — Encargos Diversos.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 57-72

Curitiba, 27 de outubro de 1972.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convenios firmados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Ibiaporá, Uraí, Campo Mourão, Rio Negro, Piraquara, Cornélio Procopio, Santo Antonio do Sudoeste, Cerro Azul, Ibiti, Paranavai, Apucarana, Marialva, Arapongas, Centenário do Sul e Jandaia do Sul, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) **PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA** — Governador do Estado

MENSAGEM N.º 59/72

Curitiba, 1.º de novembro de 1972

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar o Fundo Especial de Reequipamento Médico Sanitário — FUNRESAN, com a finalidade de prover recursos para reequipamento, material e realização de outras despesas de capital necessárias aos serviços de Saúde Pública do Estado do Paraná. Visa, ainda, o anteprojeto ora encaminhado alterar a tabela integrante da Lei n. 5.511, de 10 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a Taxa de Saúde.

A inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos n. 975-72, de 23 de outubro de 1972, firmada pelo Secretário de Estado dos Negócios da Saúde Pública, esclarece, com os necessários detalhes a significação, oportunidade e o alto interesse da Administração na aprovação da medida legal ora proposta a essa Augusta Assembleia Legislativa do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) **PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA** — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º Fica criado o "Fundo Especial de Reequipamento Médico Sanitário" — FUNRESAN, com a finalidade de prover recursos para reequipamento, material e realização de outras despesas de capital necessárias aos serviços de Saúde Pública do Estado do Paraná.

Art. 2.º O "FUNRESAN" será constituído por 80% (oitenta por cento) dos recursos advindos da receita proveniente da Taxa de Saúde instituída pela Lei n. 5.511, de 10 de fevereiro de 1967.

Parágrafo único. Integram ainda os recursos do "FUNRESAN":

a) — auxílios, subvenções ou dotações municipais, federais ou privados, específicos ou oriundos de convenios ou ajustes firmados pela Secretaria de Saúde Pública;

b) — recursos transferidos por entidades públicas ou particulares doações orçamentárias e créditos especiais ou adicionais que venham a ser, por lei ou através de decreto governamental, atribuídos ao FUNRESAN;

c) — receita proveniente da aplicação de multas por infração do "Código Sanitário";

d) — o resultado da alienação de material ou equipamento pertencente ao FUNRESAN, julgado inservível;

e) — quaisquer outras rendas eventuais.

Art. 3.º Os recursos a que se refere o artigo 2.º, parágrafo único e alíneas, serão depositados no Banco do Estado do Paraná S.A., em conta especial sob a denominação de "Fundo Especial de Reequipamento Médico Sanitário" — FUNRESAN, que será movimentada pelo Conselho Diretor do "FUNRESAN", de acordo com deliberação do mesmo sob a forma de Resoluções.

Art. 4.º O saldo positivo do FUNRESAN, apurado em balanço, em cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte a crédito do mesmo fundo.

Art. 5.º O FUNRESAN, será administrado por um Conselho Diretor composto do Secretário de Saúde Pública, como Presidente Nato, do Diretor do Departamento de Unidades Sanitárias, Diretor do Departamento de Saúde, Diretor do Departamento Estadual da Criança, Diretor do Departamento de Saúde Mental, Diretor do Departamento de Administração, Diretor da

Escola de Saúde Pública, um representante da Secretaria da Fazenda e um representante da Secretaria do Governo.

Art. 6.º. O FUNRESAN é dotado de personalidade contábil com escrituração geral independente de qualquer órgão da Secretaria de Saúde Pública.

Art. 7.º. O Conselho Diretor além de suas atribuições normais, exercerá fiscalização, nas aplicações que der aprovação, providenciando a responsabilização funcional pela má utilização e emprego desvirtuado dos bens adquiridos pelo FUNRESAN além da decorrente indenização, mediante descontos mensais em folhas de vencimentos, após apuração de responsabilidade através sindicância ou inquérito.

Art. 8.º. Da aplicação dos recursos do FUNRESAN serão prestadas contas ao Tribunal de Contas do Estado, até 31 de março do ano subsequente.

Art. 9.º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) ao Orçamento Geral do Estado, para atender despesas com a constituição do Fundo Especial de Reequipamento Médico-Sanitário — FUNRESAN, de acordo com a seguinte especificação:

Órgão Principal: — Secretaria de Estados dos Negócios da Saúde Pública.
Unidade Executora: — Gabinete do Secretário.

Dotação: 7.0.51—01—1

4.0.0.0 Despesas de Capital

4.2.0.0 Inversões Financeiras

4.2.4.0 Constituição de Fundos Rotativos: Cr\$ 100.000,00

Art. 10. O FUNRESAN terá o seu funcionamento regulamentado no prazo de 60 (sessenta) dias, por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 11. Quando devidas e não pagas as taxas de que trata a tabela anexa a esta lei, serão cobradas multas iniciais correspondentes ao dobro do respectivo valor.

Art. 12. A tabela integrante da Lei n.º 5.511, de 10 de fevereiro de 1967, passa a vigorar na forma do anexo que integra esta Lei, sendo as taxas recolhidas de acordo com os valores encontrados pela aplicação dos percentuais estabelecidos na mesma sobre o maior salário mínimo vigente no Estado do Paraná, despresadas as frações de cruzeiro.

Art. 13. Ficam expressamente revogadas as disposições do "caput" e incisos I e II do art. 4.º, da Lei n.º 5.511, de 10 de fevereiro de 1967 e demais disposições em contrário.

Art. 14. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

TABELA

Atos exercidos pelos servidores e autoridades da Secretaria de Saúde Pública e suas dependências sujeitos ao pagamento da taxa de saúde

	% sobre o maior salário mínimo
1 — "Habite-se" para residências:	
1.1 — Residências de madeira com menos de 65 m2 de área construída	isento
1.2 — Residências de alvenaria com menos de 65 m2 de área construída	5%
1.3 — Residências de 65 a 99 m2 de área construída	10%
1.4 — Residências de 100 a 199 m2 de áreas construída	20%
1.5 — Residências de 200 m2 de área construída ou mais	40%
2 — Licença Sanitária a Estabelecimentos Comerciais, Industriais e Prestadores de Serviços:	
2.1 — Até 50 m2 de área construída	10%
2.2 — De 50 a 99 m2 de área construída	20%
2.3 — De 100 ou mais m2 de área construída	40%
3 — Aprovação de plantas para construção de estabelecimentos médico-hospitalar:	
3.1 — Consultório e Pronto Socorro	10%
3.2 — Hospitais	
3.21 — menos do que 50 leitos	15%
3.22 — de 50 a 99 leitos	20%
3.23 — de 100 a 199 leitos	25%
3.24 — de 200 ou mais leitos	30%
4 — Inscrição de exame de habilitação Profissional	24%
5 — Registros de documentos de habilitação profissional:	
5.1 — Registros de Diplomas	10%
5.2 — Registros de Certificados	5%
6 — Expedição de certidões periciais de assuntos especializados e de apostilas em documentos de habilitação profissionais	5%
7 — Termos de responsabilidade de baixa e de mudança de responsabilidade por estabelecimento sujeito à fiscalização profissional	12%
8 — Autorização anual para estocagem de entorpecentes e psicotrópicos	12%
9 — Expedição de guias de requisição de medicamentos tóxicos	3%
10 — Termo de abertura, encerramento e transferência de livros de registros de medicamentos	3%
11 — Análise bromatológica prévia	80%
12 — Exame a requerimento do interessados de aparelhos, utensílios e vasilhames destinados ao preparo, fabrico, conservação ou acondicionamento de alimentos	80%

Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública

N.º 975-72.

Curitiba, 23 de outubro de 1972

Do: Secretário de Saúde Pública

Ao: Excelentíssimo Senhor Governador

Assunto: Encaminha Anteprojeto de Lei

Senhor Governador:

Tenho a honra de encaminhar, em anexo, o Anteprojeto de Lei que visa criar o Fundo Especial de Reequipamento Médico-Sanitário e alterar a Taxa de Saúde, instituída pela Lei n.º 5.511 de 10 de fevereiro de 1967 bem como a respectiva justificativa para a mensagem a ser encaminhada à Assembleia

Legislativa do Estado no caso de merecer a indispensável aprovação de Vossa Excelência.

Sirvo-me desta oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de apreço e consideração.

a) Dr. Ivan B. Fontoura

Secretário de Estado

Excelentíssimo Senhor

Prof. Doutor PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Digníssimo Governador do Estado

PALÁCIO IGUAÇU

Secretaria de Saúde Pública

GABINETE

Justificativa ao Anteprojeto de Lei anexo propondo a criação do "Fundo Especial de Reequipamento Médico-Sanitário" e alterando a Taxa de Saúde

Apesar dos esforços desenvolvidos por sucessivas administrações da Secretaria de Saúde Pública, não foi conseguida até agora a implantação dos seus serviços na totalidade dos municípios do Paraná, em que pese o que dispõe a Constituição Estadual.

Dos 288 municípios com que conta o Estado, apenas 250 dispõem de Unidades Sanitárias sendo que na grande maioria, estão precariamente equipadas, sem possibilidade de desempenhar integralmente o papel que lhes cabe na proteção da saúde do povo.

Só o atendimento dessas exigências de reaparelhamento e ampliação da rede sanitária, justificam a premência da Constituição de um Fundo para reequipamento.

Entretanto, as necessidades de reaparelhamento da Secretaria de Saúde Pública não se limitam apenas as da sua rede de Unidades Sanitárias, pois para o seu eficiente funcionamento é necessário que outros órgãos da sua infraestrutura também disponham de recursos capazes de dar apoio ao trabalho desenvolvido pelos mesmos.

E o caso, por exemplo dos laboratórios, inclusive os de bromatologia e de preparo de medicamentos, soros e vacinas, que estão com grande parte do seu equipamento superado, face o desenvolvimento tecnológico e o aprimoramento das técnicas.

Por outro lado é ainda bastante precária a rede de dispensários profiláticos de tuberculose, câncer, doenças venéreas, lepra e outras enfermidades dada a deficiência de equipamento, as vezes de preço elevado como aparelhamento para radiologia, colposcopia, radioterapia etc.

Não pode ainda deixar de ser considerado que a ação dos serviços de saúde pública necessita do constante deslocamento de equipes técnicas, o que exige o apoio de uma eficiente frota de veículos. Os meios de transportes com que conta a Secretaria de Saúde Pública, além de extremamente desgastados, motivando levado custo de manutenção, são numericamente insuficientes para atender a dinâmica que se exige dos serviços de saúde.

As deficiências aqui apontadas e que progressivamente se acentuam com o constante aumento populacional, só poderão ser sanadas com a existência de recursos especiais, que poderiam ser conseguidas através do Fundo especial ora proposto, nos moldes da FUNRESPOL e FUNRESTRAN.

Os valores da "Taxa de Saúde" constantes da tabela anexa a Lei 5.511, de 10 de fevereiro de 1967, estão muito aquém da realidade atual impondo-se a sua atualização com valores que, estando à altura da capacidade do contribuinte, digam melhor da utilidade do serviço prestado. As alterações ora propostas, na sua quase totalidade, não identicas as aprovadas pela Comissão da Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa no Projeto de Lei do Selo, que foi vetada pela impossibilidade do sistema de cobrança.

Além do mais, a nomenclatura das diversas modalidades da Taxa de Saúde, estão a exigir o devido aperfeiçoamento consubstanciado na nova tabela. O relacionamento agora feito, à percentuais sobre o salário mínimo, evitará a deteriorização dos seus valores, como vêm ocorrendo.

a) Dr. Ivan B. Fontoura

Secretário de Estado

A Comissão de Constituição e Justiça.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPORÁ

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Ibiporá, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamento para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos treze dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, presente o Senhor General Mario Carneiro Portes e o Senhor Mauro José Peirro, Prefeito Municipal de Ibiporá, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX), da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-VII-72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA

Objeto do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA

Definições e Legislações

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLAUSULA TERCEIRA Da Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Ibiaporá em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças, consertos em geral; — retifica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicações, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividades dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídos as substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA Da Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA Prazo e Denúncia

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato apistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA Vigência

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA Celeridade do Apoio

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

— E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais Curitiba, 13 de setembro de 1972.

(Ass. ilegível) — Secretário de Segurança Pública
(Ass. ilegível) — Prefeito Municipal de Ibiaporá

PREFEITURA MUNICIPAL DE URAÍ GABINETE DO PREFEITO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Uraí, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte e um dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Sr. Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Marcio Celso Reis Sandoval, Prefeito Municipal de Uraí, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 20-7-72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949,

de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Uraí, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retifica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza conservação;

VI — consertos e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado

CLAUSULA SÉTIMA Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

— E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais

Curitiba, 21 de julho de 1.972.

Mário Carneiro Portes
Secretário de Segurança Pública
Marcio Celso Reis Sandoval
Prefeito Municipal de Uraí

LEI N. 510

SÚMULA: Convênio com a Secretaria de Segurança Pública.

O Prefeito Municipal de Uraí, faço saber que a Câmara Municipal de Uraí, aprovou e eu sanciono a seguintes Lei:

Artigo 1.º — Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, objetivando proporcionar assistência material à Delegacia de Polícia de Uraí, através do Fundo Especial de Reequipamento Policial — (FUNRESPOL), na medida do possível por esta Municipalidade.

Artigo 2.º — Os recursos destinados à Cobertura das despesas decorrentes da presente Lei, serão retirados da seguinte Dotação Orçamentária, até a importância de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros) anuais:

10.0.2 — 10.02.0
0 — Governo e Administração Geral
2 — Administração Superior Executivo
2/1 — Gabinete do Prefeito

4.2.3.1 — Aquisição de Títulos represent. de empresas em funcionamento.

Artigo 3.º — A distribuição da presente verba, em parcela mensal, dentro do limite do possível da Municipalidade, será regulamentada por Decreto do Chefe do Executivo Municipal, de acordo com o Convênio respectivo a ser firmado.

Artigo 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Uraí, 20-7-1972.

Marcio Celso Reis Sandoval
Prefeito Municipal
Claudino de Oliveira Borges
Secretário

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura aos 20 de julho de 1972.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO
ESTADO DO PARANÁ

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Campo Mourão, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamento para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General R1 Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Doutor Horácio Amaral, Prefeito do Município de Campo Mourão, Estado do Paraná, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-VII-72 resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA**Objetivo do Convênio:**

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e de correntes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA**Definições e Legislações:**

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 65), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA**Da Execução do Convênio:**

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Campo Mourão em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal; nestes incluídos substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA**Da Contribuição e Delegação:**

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA**Prazo e Denúncia:**

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA**Vigência:**

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA**Celeridade do Apoio:**

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 15 de setembro de 1972

Mário Carneiro Portes

Secretário de Segurança Pública

Horácio Amaral

Prefeito Municipal de Campo Mourão

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Rio Negro — Estado do Paraná, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos quinze (15) dias do mês de agosto do ano de mil e novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Sr. Secretário de Segurança Pública, presentes o Sr. General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Alvaro Cesar Junior, Prefeito Municipal de Rio Negro, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-VII-72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA**Objetivo do Convênio:**

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e de correntes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA**Definições e Legislações:**

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949, de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA**Da Execução do Convênio:**

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da Administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Rio Negro, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendido na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis, fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA**Da Contribuição e Delegação:**

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas da esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA**Prazo e Denúncia:**

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA**Vigência:**

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA**Celeridade do Apoio:**

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município, ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 15 de agosto de 1972.

Mário Carneiro Portes

Secretário de Segurança Pública

Alvaro Cesar Junior

Prefeito Municipal de Rio Negro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
ESTADO DO PARANÁ

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Piraquara, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete Diretor da Polícia Civil do Paraná, presentes o senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o senhor Manoel Alves Pereira, Prefeito Municipal de Piraquara, tendo em vista o que prescreve o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (item VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-1949) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-VII-72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Objetivo do Convênio:

- Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.
- Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, e um útil aproveitamento de dotações da FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA

Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949, de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

Da Execução do Convênio

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

- a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
- b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
- c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio foram dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Piraquara, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

- a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou
- b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;
- I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;
- II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia aos produtores;
- III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;
- IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;
- V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídos substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;
- VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA

Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor de estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA

Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA

Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA

Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 31 de agosto de 1.972.

Mário Carneiro Portes

Secretário de Segurança Pública

Manoel Alves Pereira

Prefeito Municipal de Piraquara

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Cornélio Procópio com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 15 (quinze) dias do mês de Setembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Senhor Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Rolando Demétrio Marussi, Prefeito Municipal de Cornélio Procópio, tendo em vista o que prescreve o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1949) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-VII-72, resolveram, mediante as cláusulas do presente Termo de Convênio estipular o que adiante se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Objetivo do Convênio:

- Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.
- Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (Investimento Capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA

Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

- a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
- b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
- c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Cornélio Procópio, em contra partida, de conformidade com a Lei Municipal n.º 745 de 11 de Setembro de 1971, contribuirá, mensalmente, com a importância de Cr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros), que será aplicada pela Delegacia de Polícia local, onde e quando se fizer necessário principalmente no setor de custeio, respeitando-se sempre a finalidade do presente convênio.

CLÁUSULA QUARTA

Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA

Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA

Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA

Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 15 de setembro de 1972.

Mário Carneiro Portes

Secretário de Segurança Pública

Rolando Demétrio Marussi

Prefeito Municipal de Cornélio Procópio

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
ESTADO DO PARANÁ

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Sudoeste, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Gal. Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Bel. Ary Faria Furquim, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Sudoeste, tendo em vista o que prescreve o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1942) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-VII-72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA**Objetivo do Convênio:**

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (Investimento Capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA**Definições e Legislações:**

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA**Da Execução do Convênio:**

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Sudoeste, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas:

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituições de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA**Da Contribuição e Delegação:**

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA**Prazo e Denúncia:**

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA**Vigência:**

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA**Celeridade do Apoio:**

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba em 30 de junho de 1972.

Mário Carneiro Portes

Secretário de Segurança Pública

Bel. Ary Faria Furquim

Prefeito Municipal de Santo Antonio do Sudoeste

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Cerro Azul, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e manutenção e conservação dos mesmos.

Aos sete dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Prefeito, presente o Senhor Gal. MARIO CARNEIRO PORTES, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, e o Senhor Doutor NIVALDO ENIO DE MOURA E COSTA, Prefeito Municipal de Cerro Azul, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental, resolveram, mediante as cláusulas do presente convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA**Objetivo do Convênio:**

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (Investimento Capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA**Definições e Legislações:**

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA**Da Execução do Convênio:**

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através do prévio planejamento de aplicação;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Cerro Azul, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus complementares; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituições de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA**Da Contribuição e Delegação:**

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da Legislação Fiscal e Fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA**Prazo e Denúncia:**

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA**Vigência:**

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA**Celeridade do Apoio:**

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Cerro Azul, 07 de agosto de 1972.

Mário Carneiro Portes

Secretário de Segurança Pública

Nivaldo Enio de Moura e Costa

Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBAITI
ESTADO DO PARANÁ**

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Ibaí — Estado do Paraná, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 28 dias do mês de setembro de um mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, presentes o Sr. General MARIO CARNEIRO PORTES, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, e o sr. ANTONIO ROCHA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Ibaí — Pr., tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da lei orgânica dos Municípios (63 de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização governamental dada de 21-VII-72 do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, resolveram mediante as cláusulas do presente termo de Convênio, estipular o que adiante segue:

CLAUSULA PRIMEIRA

Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (Investimento Capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA

Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA

Da Execução do Convênio:

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera de administração policial, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela polícia civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do Município ou quando recolhido por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Ibatí — Pr., em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na discriminação genérica do item "b" do artigo anterior:

a) Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou b) Indiretamente, mediante o contrato com empresas privadas especializadas;

1) o fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

2) pneus e complementos, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

3) conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

4) manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis, fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

5) utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídos substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

6) conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas dos órgãos locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA

Da Contribuição e Delegação:

As contribuições da Municipalidade para efetivação deste convênio, processar-se-ão na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica Municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local responsável pela execução das normas na esfera da Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA

Prazo e Denúncia:

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando para todos os efeitos, seis meses depois de uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA

Vigência:

Este Convênio, entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA

Celeridade do Apoio:

Compromete-se a Municipalidade pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do Município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes contratantes firmam o presente Convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba,

Mário Carneiro Portes
Secretário de Segurança Pública
Antonio Rocha Silveira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAI

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Paranavai, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte e um (21) dias do mês de agosto de ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Dionísio Assis Dal-Prá, Prefeito Municipal de Paranavai, Estado do Paraná, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-VII-72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de Convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA

Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado - Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA

Definições e Legislações:

— A polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56) nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.943, de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA

Da Execução do Convênio

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste Convênio fora dos limites territoriais do Município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Paranavai, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste Convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

1 — o fornecimento de combustível de óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis, fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA

Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste Convênio processar-se-ão, na forma da Legislação Fiscal e Fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA

Prazo e Denúncia:

— O presente Convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA

Vigência:

— Este Convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA

Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste Convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente Convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 21 de agosto de 1.972.

Mário Carneiro Portes

Secretário de Segurança Pública

Dionísio Assis Dal-Prá

Prefeito Municipal de Paranavai

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE APUCARANA

CONVÊNIO

que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Apucarana, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 12 dias do mês de setembro do ano de mil e novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Prefeito Municipal de Apucarana, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Dr. Valmor Santos Giavarina, Prefeito Municipal de Apucarana, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-48) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-7-72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA

Objetivo do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA Definições e Legislações

A Polícia (judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLÁUSULA TERCEIRA Da Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Apucarana, em contra-partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA Da Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA Celeridade do apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais ocasionando prejuízo à coletividade do Município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais Apucarana, 12 de setembro de 1972.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública
Valmor Santos Giavarina — Prefeito Municipal de Apucarana

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIALVA

TERMO DE CONVÊNIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Marialva, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos nove dias do mês de agosto do ano de mil e novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado

do Paraná e o Senhor Armando Moura, Prefeito Municipal de Marialva, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (61 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-07-1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA Objetivo do Convênio

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA Definições e legislações

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apurações das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLÁUSULA TERCEIRA Da Execução do Convênio

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Marialva, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza conservação;

VI — conserto e preservação de material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA Da Contribuição e Delegação

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor de estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA Prazo e Denúncia

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA Vigência

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA Celeridade do Apoio

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 9 de agosto de 1972.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública
Armando Moura — Prefeito Municipal de Marialva
Mancel Maria de Souza — Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIALVA

LEI MUNICIPAL N.º 681-72

SÚMULA: — Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com a Polícia Civil do Paraná e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Marialva, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Convênio com a Polícia Civil do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Serviços de Segurança Pública, para fornecimento de combustível, óleos lubrificantes, pneus e complementos, revisões periódicas, conservação e reposição de peças, manutenção de aparelhos de radiocomunicação para os veículos policiais destinados à Delegacia de Polícia desta cidade, que virão a prestar serviços dentro dos limites territorial, digo, territoriais do Município de Marialva.

Artigo 2.º — O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir no corrente exercício financeiro, crédito adicional especial, para atender as despesas decorrentes do presente Convênio, bem como mandar fazer constar no próximo Orçamento para o exercício de 1.973, Verba específica.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Marialva, Estado do Paraná, em 03 de agosto de 1972.

Armando Moura — Prefeito Municipal
Manoel Maria de Souza — Secretário

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPONGAS
ESTADO DO PARANÁ

Térmo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Arapongas, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte e sete dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Sr. Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Gen. Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Sadaho Yokomizo, Prefeito Municipal de Arapongas, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-VII-72, resolveram, mediante as cláusulas do presente Termo de Convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA

Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA

Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, e manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLAUSULA TERCEIRA

Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

- a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
 - os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
 - a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.
- A Prefeitura Municipal de Arapongas, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

- diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou
 - indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;
- I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;
- II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;
- III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;
- IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;
- V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;
- VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA

Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio

processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA

Fraço e Denúncia:

— O presente convênio vigorará em tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA

Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA:

Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à Coletividade do município ou a Justiça Pública.

E, por estarem em pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 27 de julho de 1.972.
Mário Carneiro Portes
Secretário de Segurança Pública
Sadaho Yokomizo
Prefeito Municipal de Arapongas

PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL
ESTADO DO PARANÁ

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Centenário do Sul, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte e um dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do senhor Secretário, presentes o senhor Gen. Mário Carneiro Portes, digno Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o senhor Sulaiman Felício, Prefeito Municipal do Centenário do Sul tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 24-2-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-7-72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo do convênio estipular o que adiante segue:

CLAUSULA PRIMEIRA

Objetivo do Convênio:

— Firmar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA

Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949, de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA

Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera administrativa da polícia civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

- a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
 - os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
 - a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.
- A Prefeitura Municipal de Centenário do Sul, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

- diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas amplamente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou
 - indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;
- I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia em órgãos competentes locais;
- II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;
- III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;
- IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;
- V — utensílios ou acessórios complementares ou equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, de Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA

Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária, e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA

Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA

Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA

Coerência do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 21 de julho de 1972.

Mário Carneiro Portes

Secretário de Segurança Pública

Sulaiman Felício

Prefeito Municipal de Centenário do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL

ESTADO DO PARANÁ

Convênio que celebram, entre si, de um lado o Governo do Estado do Paraná, neste ato representado pelo senhor Secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública, General Mário Carneiro Portes, e, de outro lado, o Município de Jandaia do Sul, representado pelo senhor Prefeito Municipal Hermínio Vinholi, com a finalidade de ampliação do prédio da Delegacia de Polícia local, na forma e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA

A Prefeitura Municipal de Jandaia do Sul, consoante autorização outorgada pela Lei Municipal n. 754-72 de 2 de junho de 1972, para realização de obras no prédio da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA SEGUNDA

As referidas obras constantes na ampliação do prédio atual, dotando-o de mais três dependências, na parte dos fundos, a fim de servirem para guarda de cárcere, ficando essas obras incluídas ao Patrimônio do Estado.

CLAUSULA TERCEIRA:

A Prefeitura Municipal de Jandaia do Sul, contribuirá com 50% (cinquenta por cento), do total da despesa dessa construção, ficando os outros 50%, por conta da Secretaria de Segurança Pública, pela verba 4.3.3.0.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Curitiba, 21 de julho de 1972

Mário Carneiro Portes

Secretário de Estado

Hermínio Vinholi

Prefeito Municipal

À Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob os n.ºs 227, 228, 230, 231, 232, 250; 251; 252 e 257-72, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

144-72: Do Senhor Deputado Francisco Escorsin, que dá nova redação ao artigo 3.º da Lei n. 6.314, de 24.8.72, que criou o Município de Francisco Alves, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.324. — **Agradeça-se.**

149-71: Do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que dá nova redação ao artigo n. 356, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970 "Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado", o qual convertido em Lei tomou o n. 6.325. — **Agradeça-se.**

73-72: Do Senhor Deputado Francisco Borsari Netto, que estabelece prazo de 45 dias às Câmaras Municipais, na apreciação de Projeto de Lei oriundos do Poder Executivo Municipal e dá outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.326. — **Agradeça-se.**

71-72: Do Senhor Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, que concede o Título de Cidadã Benemérita à Senhora Dalila de Castro Lacerda, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.340. — **Agradeça-se.**

182-71: Do Senhor Deputado Fabiano Braga Cortes, que autoriza o Poder Executivo considerar de Utilidade Pública, a Associação Paranaense de Assistência ao Paraplégico, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.431. — **Agradeça-se.**

14-72: Do Senhor Deputado Erondy Silvério, o qual dá nova redação ao artigo 1.º da Lei n. 4.980, de 7.12.1962, que declarou de Utilidade Pública o Asilo São Luís, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.337. — **Agradeça-se.**

114-72: Do Senhor Deputado Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo conceder Título de Cidadão Benemérito do Paraná, a Sua Excelência Reverendíssima Dom Jaime Coelho, Bispo da cidade de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.338. — **Agradeça-se.**

268-71: Do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Professores "Maria Junqueira Schmidt", com sede na cidade de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.339. — **Agradeça-se.**

266-71: Do Senhor Deputado Antonio Belinati, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Colaboradores da Escola para Surdos "Epheta", com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.327. — **Agradeça-se.**

204-71: Do Senhor Deputado Igo Losso, que declara de Utilidade Pública, o Lar Batista Paranaense, da cidade de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.328. — **Agradeça-se.**

47-72: Do Senhor Deputado Ovídio Franzoni, que denomina Ginásio Estadual "Professor Pedro Facchio", o atual Ginásio Estadual de São Tomé, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.329. — **Agradeça-se.**

201-71: Do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva, que declara de Utilidade Pública, a Sociedade São Vicente de Paula, da cidade de Rolândia o qual convertido em Lei tomou o n. 6.334. — **Agradeça-se.**

26-71: Do Senhor Deputado Arthur de Souza, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Economistas do Paraná, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.335. — **Agradeça-se.**

66-72: Do Senhor Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, que declara de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais "APADEVI" com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.336. — **Agradeça-se.**

15-72: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n. 4-72, dispondo sobre a participação do Estado, junto com o Governo Federal, através da Companhia Brasileira de Alimentos "COBAL", com o Município de Curitiba e outros da constituição de uma Sociedade de Economia Mista, com a finalidade de explorar centrais de estabelecimentos como especifica o qual convertido em Lei tomou o n. 6.330. — **Agradeça-se.**

116-72: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n. 30-72 que, que objetiva doar à União, um imóvel de propriedade do Estado, sito à Avenida 7 de Setembro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.331. — **Agradeça-se.**

117-72: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n. 31-72, que objetiva doar à União, o imóvel de propriedade do Estado, sito à Avenida 7 de Setembro nesta Capital, onde se acha edificado o prédio sede da Escola Técnica Federal do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.332. — **Agradeça-se.**

37-72: Do Senhor Deputado Wilson Fortes, que denomina o Grupo Escolar "João Mattar", o atual Grupo Escolar noturno Dr. Generoso Marques, da cidade de Cambará, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.333. — **Agradeça-se.**

16-72: Do Senhor Deputado Igo Iwant Losso, que declara de Utilidade Pública a Santa Bárbara Associação Comunitárias — SBAC, com sede nesta capital, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.348. — **Agradeça-se.**

213-71: Do Senhor Deputado Maurício Fruct, que declara de Utilidade Pública, a Associação Cristã de Moços desta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.349. — **Agradeça-se.**

240-69: Do Senhor Ex-deputado Abraão Miguel, que declara de Utilidade Pública, a Associação dos Funcionários do Departamento de Rendas Internas do Estado do Paraná, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.350. — **Agradeça-se.**

160-70: Do Senhor Ex-Deputado Roberto Wypych, que declara de interesse Turístico os Municípios que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.342. — **Agradeça-se.**

55-72: Do Senhor Deputado Leopoldo Jacomet, que autoriza o Poder Executivo, declarar de Utilidade Pública, a Associação Paranaense de Ensino, desta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.343. — **Agradeça-se.**

219-71: Do Senhor Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa, que autoriza o Poder Executivo, declarar de Utilidade Pública a Sociedade Londrinense de Educação e Assistência Social (SOLEAS), o qual convertido em Lei tomou o n. 6.344. — **Agradeça-se.**

233-72: Do Senhor Deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública a Associação Profissional dos Lustradores de Calçados, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.345. — **Agradeça-se.**

87-72: Do Senhor Deputado João Calil Fadel, que concede Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Excelentíssimo Senhor Dr. Alfredo Buzaid, Digníssimo Ministro do Estado dos Negócios da Justiça da República Federativa do Brasil, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.346. — **Agradeça-se.**

34-72: Do Senhor Deputado Francisco Borsari Neto, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância da cidade de Rancho Alegre, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.347. — **Agradeça-se.**

27-72: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n. 6-72, que visa fazer reverter ao Patrimônio do Município de Paranaguá, área de terras que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.351. — **Agradeça-se.**

OFÍCIOS:

— Do Senhor Desembargador Isidoro João Brzezinski, comunicando que em data de 14 do corrente, assumiu o exercício do cargo de Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, em virtude do término do mandato do Excelentíssimo Senhor Desembargador Vátel Gonçalves Pereira — Ao conhecimento da Casa.

— Do Senhor Antonio Affonso da Silva, Veterinário do Grupo Executivo Estadual de Combate à Febre Aftosa do Ministério da Agricultura, prestando esclarecimentos em atenção ao requerimento do Senhor Deputado Rosário Pitelli. — Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

OFÍCIO

Curitiba, 21 de novembro de 1972.

Senhor Presidente da Comissão Executiva.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. protocolo firmado por 24 Senhores Deputados, no qual se consubstancia o entendimento de que se crie uma liderança partidária nesta Casa.

A presente comunicação é para ciência de V. Exa. e demais membros da Executiva bem como de todos os Senhores Deputados desta Assembléia. Sendo o que nos cumpria manifestar, reitero votos de estima e consideração.

Atenciosamente

(a) — Luiz Roberto Soares

Os deputados abaixo assinados, integrantes da Bancada da Aliança Renovadora Nacional na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, concordam

em eleger um líder específico para o partido, independentemente do líder do Governo.

A posição não tem nenhuma conotação com o comportamento político do atual líder do Governo, o qual sempre tem se mantido com exemplar correção.

A criação de uma liderança partidária se fundamenta na necessidade de se conferir um pluralismo democrático às decisões parlamentares.

(2a) — Luiz Roberto Soares; Erondy Silvério; Francisco Escorsin; Antonio Lopes Júnior; Antonio Maciel; Paulo Poli; Jorge Sato; Emilio Carazzai; Aginaldo Perira Lima; Igo Losso; Marciano Baraniuk; Xenofonte Villanueva; Antonio Costa; Gilberto Carvalho; Quiesle Crisóstomo; Basilio Zanusso; Wilson Fortes; Fuad Nacii; Odilon Reinhardt; Gabriel Manoel; Lázaro Dumont; Candido Martins de Oliveira e Ovidio Franzoni.

Retiro a minha assinatura do presente documento.

(a) Erondy Silvério.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho solicitando a retirada da Ordem do Dia o Projeto de Lei n. 90-70.

— de autoria do Senhor Deputado Quiesle Crisóstomo, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n. 34-72.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que está subscrito, e no uso de suas atribuições regimentais, Requer após ouvido o Plenário Abono das faltas dos dias 9, 11, 12, 13, 23; e 26 e 27 mês próximo passado.

Sala das Sessões em 21 de novembro de 1.972.

(a) Xenofonte Villanueva.

Requerimento

Senhor Presidente

Nos termos regimentais, Requeiro, ouvido o Plenário, seja encaminhado, através de expediente próprio, veemente apelo aos Exmos. Srs. Presidente do IPASE e Delegado Regional em Curitiba do mesmo Instituto, no sentido de que seja instalada na cidade de Poz Iguacu, uma Agência desse órgão previdenciário, ou na impossibilidade, pelo menos fazendo convenios com em número de aproximadamente cinquenta funcionários, recebam a assistência em número de aproximadamente cinquenta funcionários, recebam a assistência de que carecem, sem a necessidade de terem que se deslocar para Curitiba ou outra cidade onde existe aquele serviço, como ocorre atualmente, obrigando-os a despesas que, sem dúvida alguma, oneram ainda mais os seus já deficitários orçamentos domésticos.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 1.972.

(a) — Nelson Buffara

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscrito, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário,

REQUEIRO, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje um voto de congratulações à Rádio Cultura do Paraná pela cobertura dada ao último pleito eleitoral, quando informou com objetividade e segurança a todos os ouvintes dentro do slogan "Urna aberta, notícia no ar".

Com uma grande equipe, composta dos vibrantes radialistas Antonio Carlos Gomes, Mauro Edson, Dirceu Graeser, Mauro Celso e outros que deram vida e vibração aos resultados. A Rádio Cultura foi a única emissora que transmitiu diretamente do local de apuração os resultados de urna por urna. Este trabalho de utilidade pública merece o reconhecimento popular, razão pela qual apresento esta proposição, que espero seja devidamente aprovada.

Requiro outrossim, uma vez aprovada a presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao Dr. João Carlos de Aguiar, Digníssimo diretor proprietário daquela emissora para que traduza ao grande público ouvinte tal reconhecimento dos representantes do povo.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1972.

(a) Deputado Igo Iwant Losso

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n. 203-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — A Câmara Municipal de Maringá fica acrescida de quatro (4) Vereadores, passando de dezessete (17) para vinte e um (21) a composição numérica da referida representação.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1972.

JORGE SATO — Deputado

JUSTIFICACAO:

O Município de Maringá conta atualmente com 63.700 eleitores e o número de Vereadores à sua Câmara Municipal está fixado em 17, o que não mais se justifica. Daí pretendemos levar a composição numérica da referida Câmara para 21 vereadores, com base no art. 107, da Constituição Estadual, que estabelece a proporção de um (1) vereador para cada três mil (3.000) eleitores.

O SR. PRESIDENTE — Esta finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Parece que o Estado do Paraná antes do termino do atual Governo, terá suas repartições todas em prédios novos. Assim é que a Secretaria de Educação e Cultura, já adquiriu uma nova sede. E, se não me engano, hoje mesmo está marcada a data da inauguração do novo prédio da Secretaria de Educação e Cultura.

Tomamos conhecimento, também, através da imprensa, que o Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná, BADEP, adquiriu um edifício para transferir para o mesmo a sua sede. Adquiriu o edifício do Grupo Atlântico de Seguros Boa Vista S.A., segundo publicação na imprensa da Capital. Estranhamos o fato, porque em primeiro lugar, o BADEP estava

construindo sua sede própria; já havia um projeto, projeto elaborado com o maior bom gosto e que custou elevada importância aos cofres do BADEP. Inclusive, a obra já estava sendo iniciada. E quem passasse pelo terreno onde seria construído o BADEP, via um cartaz dizendo: "Aqui será a futura sede do BADEP". Por isso, fomos surpreendidos pela nota publicada na imprensa da Capital, dizendo que o BADEP adquiriu o prédio do Grupo Atlântico, mas sem dar o valor da transação. E, sr. Presidente, srs. Deputados, apenas se justificaria tal transação se ela fosse de real vantagem para os cofres públicos. Mas, não dispomos de dados para fazer essa afirmação. E é por essa razão que estamos aqui endereçando à Presidência desta Casa, requerimento solicitando informações ao BADEP a fim de que o povo do Paraná tenha conhecimento de todos os detalhes da aquisição para, assim, podermos aquilatar da melhor conveniência da aquisição para os cofres do Estado.

O requerimento está vasado nos seguintes termos: (Lendo):

"Senhor Presidente:

O Deputado que ao presente subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, requer, através de Vossa Excelência e do Poder Executivo, do Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná S.A. (BADEP), as seguintes informações:

I — Se o Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná S.A. (BADEP), ex-Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR), resgatou em sua totalidade, o empréstimo compulsório contraído junto ao povo paranaense;

II — Quais os Diretores do primeiro biênio da ex-Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR);

III — Se o BADEP constituiu ou participa de um conglomerado de firmas empreiteiras para a exploração do ramo de construções e, em caso positivo,

a) — qual a denominação das firmas anteriormente à composição;

b) — qual a participação, em ações e na Diretoria da nova organização, do BADEP e das empreiteiras;

c) — qual a denominação atual da nova organização;

d) — quais os acionistas e Diretores das empreiteiras antes e depois da composição;

e) — se a composição do conglomerado foi precedida de autoria jurídico-contábil;

IV — Se o BADEP realmente adquiriu ao Grupo Atlântico-Boa Vista um edifício nesta capital, destinado a sua sede própria, nos termos do que foi publicado pela Imprensa da capital; e, em caso afirmativo:

a) — o nome dos Diretores do Grupo de Seguros Atlântico-Boa Vista, vendedora do imóvel;

b) — qual o custo do edifício adquirido e as condições de pagamento;

c) — se a compra foi precedida de concorrência pública;

d) — qual o destino que pretende dar o BADEP ao antigo e tradicional imóvel do Museu Histórico que havia sido destinado para sua sede própria;

e) — qual a importância gasta pelo BADEP, até a presente data, em conservação e melhoria do imóvel supra;

f) — se foi realizada concorrência pública para a construção de prédio próprio para o BADEP e qual a firma, ou firmas, vencedoras;

g) — qual o valor dos contratos e prazos para o término da obra.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1972.

(a) — Sebastião Rodrigues Jr.

JUSTIFICATIVA:

É do conhecimento público, uma vez publicado pela imprensa da Capital, a realização de uma transação imobiliária de grande vulto, através da qual o Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. — BADEP adquiriu luxuoso edifício ao Grupo Atlântico-Boa Vista de Seguros S.A.

Da mesma forma é do conhecimento público que o BADEP estava construindo em outro local a sua sede própria, em terreno de propriedade do antigo Museu Histórico Paranaense e que, inclusive, já havia efetuado elevados gastos com Projetos, etc.

Nestes termos, a menos que a aquisição ora efetuada revista-se de grande vantagem para os cofres públicos, o que se destina a apurar o presente pedido de informações, não justificaria a paralização das obras da sede própria para a aquisição do edifício em tela.

Acresce notar que a nota divulgada pela imprensa nem mesmo esclarece o valor da transação.

Isto posto e, com a finalidade principal de tornar público os detalhes da transação é que se firma o presente pedido de informações.

Ora, Sr. Presidente, srs. Deputados, aqui por esta Casa passou S. Exa. o Sr. Secretário da Fazenda dizendo que lamentavelmente a receita do Estado do Paraná é quase que insuficiente para atender as despesas de custeio e de pessoal. Disse, também, S. Exa. o Sr. Governador do Estado, que não dispõe o Paraná de recursos suficientes para empregar no desenvolvimento econômico do nosso Estado. Então não se justificaria investimentos dessa natureza, investimentos vultosos na aquisição de edifícios luxuosos, enquanto o Estado alega nem mesmo poder dar um aumento ao seu funcionalismo público, no mesmo nível que o Governo Federal concede ao funcionalismo da União. Está pois colocado nesta Casa, ao Governo Federal do Paraná e ao povo do Paraná, uma situação que deve ser esclarecida porque afinal de contas, o povo do Paraná merece saber o que está fazendo com o seu dinheiro, se ele está sendo bem empregado ou não. O Governo deve este esclarecimento ao povo do Paraná e por certo irá responder ao presente Requerimento de Informações que faço através de Sua Excelência o Sr. Presidente, e que posteriormente será enviado ao BADEP, para que possa ter, o BADEP a oportunidade de se dirigir a esta Casa e ao povo do Paraná e prestar os esclarecimentos necessários.

Com esta solicitação, passo às mãos de V. Exa. o presente Requerimento de Informações.

Muito obrigado. — Sem revisão do Orador)

O SR. PRESIDENTE — Findo o Pequeno Expediente, concedo a palavra no Grande Expediente ao Sr. Deputado João Mansur, primeiro orador inscrito.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Decorridos as eleições de 15 de novembro não nos é possível ainda, fazermos um levantamento do resultado obtido nos diversos Municípios do Paraná; mas nós queremos tão somente neste instante nos congratularmos com o povo paranaense, pela maneira como ele veio à praça pública apoiar aos seus candidatos, tanto do Movimento Democrático Brasileiro quanto da

Aliança Renovadora Nacional, senão isto uma demonstração do interesse que o povo parense — e porque não dizer do Brasil inteiro — ainda tem na escolha dos seus representantes; a campanha, segundo conhecimentos que temos, transcorreu num clima de ordem, tranquilidade e paz; todos puderam livremente exercer o seu direito de escolha, fazendo as suas reuniões, as suas concentrações e os seus comícios sem serem perturbados por quem quer que seja. E isto é motivo de júbilo para nós que exercemos um cargo público e que estamos na política há muitos anos. Esta demonstração de liberdade que todos puderam constatar, defendendo aos seus candidatos, vindo à praça pública votar naqueles candidatos que julgavam ser os melhores, é a razão da nossa satisfação neste instante. Mais tarde, tão logo tenhamos conhecimento dos resultados em todos os Municípios, poderemos fazer uma análise sobre estes resultados para um balanço geral, verificarmos da situação em que se encontra o nosso Partido, a Aliança Renovadora Nacional, nestas últimas eleições.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o assunto que nos traz a esta Tribuna diz respeito aos acontecimentos lamentáveis da semana passada, quando Curitiba, Capital do nosso Estado, assistiu três profissionais do volante serem barbaramente assassinados, na nossa Capital, e todos nós assistimos os protestos da classe dos motoristas, assistimos o povo de Curitiba chorando e lamentando a vida de três chefes de família, só na semana passada. Mas, infelizmente, se há poucos dias nós assistíamos estes protestos, estes lamentos, hoje parece que o povo já esqueceu que a semana passada foram sacrificados pelas mãos sanguinárias de três marginais. Nós sabemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados que o assunto é complexo, não vamos entrar no mérito para analisarmos quem são os responsáveis, se é a Polícia, se é a Justiça, se é o povo, se são os próprios criminosos. A verdade é que o assunto é complexo, a Polícia prende, mas nem com isto consegue impedir que estes mesmos criminosos venham pondo em pânico esta classe laboriosa dos profissionais do volante, que tantos serviços têm prestado à população de nossa Capital. A verdade é que precisamos fazer qualquer coisa. Não podemos permanecer de braços cruzados, lamentando a perda de nossos amigos e irmãos, mortos pela sanha destes criminosos para logo em seguida todos esquecerem estes episódios e apenas a esposa, a viúva, e os filhos destes que ficaram na orfandade, passando até fome, sem condições de sobrevivência, e eu queria, Sr. Presidente, apresentar aqui uma sugestão esperando acolhida dos Srs. Deputados, para que esta Casa iniciasse um movimento nestes sentido, levando às autoridades responsáveis por este assunto como colaboração da Assembléia Legislativa do Paraná, sem críticas a quem quer que seja, porque sabemos e sentimos que todos estão interessados para que, não se acabe definitivamente, porque nós sabemos que isto é impossível, mas que pelo menos se ponha um freio, se diminua esta onda de crimes que se vem cometendo contra os profissionais do volante nesta Capital. Sabemos que as grandes cidades do mundo inteiro, nas mais civilizadas e adiantadas também existe, mas, através de medidas responsáveis isto venha diminuir sensivelmente, mas o que não pode continuar a cada dia, a cada momento é que estes homens estejam sujeitos a entregarem as suas vidas a estes criminosos a estes marginais. Não é, Sr. Presidente nenhum ovo de colombo mas pretendo apenas apresentar uma sugestão que me parece, viria dificultar um pouco mais a onda de crimes que se cometem aqui nesta Capital. A sugestão é para que se restringisse os portos de carros de praça durante à noite, a título de experiência e que em pontos de carros de praças, estivesse designado um elemento de nossa Polícia Civil, de nossa Polícia Militar para que se exigisse de todo passageiro que pretendesse usar este carro de praça, a sua carteira de identidade, para sabermos qual a sua profissão, o seu endereço, o seu nome, o que faz, o que pretende, qual é o seu destino e que fosse até, quando estes elementos desejassem usar o carro de praça e que não fosse conhecida a sua identidade, fosse feita uma vistoria, a fim de que estes chefes de família tenham a tranquilidade, para desempenhar as suas funções. Acredito que com uma medida destas, a título de experiência, nós poderíamos dificultar em muito e diminuir bastante a onda de crimes que vem se avultando dia a dia em nossa Capital, pondo em pânico os homens que tantos serviços têm prestado à nossa população.

É uma sugestão que eu quero deixar aqui na Assembléia do Paraná aos meus nobres Pares, que se entenderem que ela tenha validade, possam contribuir para minorar a onda de crimes que tanto vem afligindo a população curitibana.

Espero contar com o apoio dos Srs. Deputados para que a Assembléia Legislativa levante a sua voz, solicitando às autoridades responsáveis a encerrar o problema que de há muito vem envergonhando o nosso Estado através de manchetes de jornais. Porque na semana passada, tivemos três chefes de família assassinados barbaramente em nossa Capital.

De modo, que deixo aqui a minha contribuição. E se puder contar com o apoio dos Srs. Deputados, porque muitos dos Senhores Deputados são conhecedores de leis, temos muitos bacharéis aqui na Casa e com mais experiência que eu, e que entendem realmente que esta minha sugestão poderá contribuir na solução deste problema. Espero pois, contar com o apoio de todos, para que a Assembléia Legislativa levante a sua voz em favor destes homens que tanto têm trabalhado em favor da população da nossa Capital.

Muito obrigado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 37 Srs. Deputados

Sobre a mesa, ofício de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares e mais 24 assinaturas, constante do Expediente. Aprovado.

A Mesa registra com satisfação a presença do Sr. Piratan Araújo. Ao ilustre visitante, os cumprimentos da Assembléia Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Pasaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 240-71, de autoria do Dep. Antônio Belinati, declara de Utilidade Pública, a Associação Metodista de Assistência Social (AMAS), da cidade de Londrina. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 160-72, de autoria do Dep. Borsari Netto, declara de Utilidade Pública, a Diaconia, Sociedade Civil, com sede e foro na cidade de Rio de Janeiro. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 102-72, de autoria do Dep. Alvaro Dias, declara de Utilidade Pública, o Centro Acadêmico "Pedreira de Freitas", pertencente à Faculdade de Medicina do Norte do Paraná, Fundação de Ensino Superior de Londrina. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 106-72, de autoria do Dep. João Fadel, que autoriza o Poder Executivo elevar para Cr\$ 2.843,94 (dois mil oitocentos e quarenta e três cruzeiros e noventa e quatro centavos), os proventos de inatividade de Tereza Klanchmidt, professora do ensino primário da Escola Isolada da Granja, Município da Lapa. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 30-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n. 1134-72, aprova o convênio celebrado entre a Prefeitura Municipal de Rio Negro, neste Estado, e a Prefeitura Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, objetivando instituir a Fundação Universitária do Norte Catarinense, com sede e foro na cidade de Mafra. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 31-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n. 188-72, aprova o acordo n. 4-72, celebrado em 26-6-72, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado a dinamização do Fundo de Água e Esgotos — FAE, por meio da participação financeira da Sudesul. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. Discussão — do Projeto de Resolução n. 32-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n. 191-72, aprova os convênios celebrados em 21.7.72, pelo Governo do Estado através da Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios de Porecatu, Primeiro de Maio, Pitanga, Ribeirão Claro, Campo Largo, Guaraniáçu, São José dos Pinhais e Rancho Alegre com as finalidades que especifica. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2a. Discussão — do Projeto de Resolução n. 33-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n. 193-72, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Prudentópolis, objetivando o aparelhamento da Delegacia local, mediante dotações do FUNRESPOL e verbas orçamentárias do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 283-71, de autoria do Dep. Arizone Araujo, que autoriza o Poder Executivo estadualizar o Ginásio Redentor, situado em Nova Prata, Município de Salto do Lontra. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 283-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o Ginásio Redentor, situado em Nova Prata — Município de Salto do Lontra.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 17 de novembro de 1971.

a) Dep. Arizone Araujo.

JUSTIFICAÇÃO

O Ginásio que se pretende estadualizar conta com 78 alunos só na primeira série. Por esse número verifica a expressiva população em idade escolar ali existente.

Além do mais, anexo ao referido estabelecimento, funciona um Grupo Escolar com cerca de 278 alunos, todos candidatos ao curso ginasial.

No entanto, a entidade mantenedora do Ginásio Redentor não tem mais condições de suportar os onus e encargos que a iniciativa, por sua própria natureza, nela faz recair.

Essa a razão por que se pretende integrá-lo na rede estadual de ensino.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 283-71

AUTOR: Dep. Arizone Araujo

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a estadualizar o Ginásio Redentor, situado em Nova Prata Município de Salto do Lontra.

PARER

O Projeto em exame, em seu bojo traz justificativa das mais convincentes. É de pleno conhecimento que uma das principais metas de nossos governos, é o desenvolvimento educacional.

Por esses motivos, e não encontrando óbice legal, exaramos nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Emílio Carazzai — Relator

Luiz R. Soares

Ovidio Franzoni

Cândido M. de Oliveira e

Santos Lima

Comissão de Finanças

PROJETO DE LEI N. 283-71

AUTOR: Dep. Arizone Araujo

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a estadualizar o Ginásio Redentor, situado em Nova Prata — Município de Salto do Lontra.

PARER

O Projeto de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado Arizone Araujo, pretende autorizar o Poder Executivo a estadualizar o Ginásio Redentor, situado em Nova Prata — Município de Salto do Lontra.

Pela própria justificativa do autor da Proposição, verifica-se a expressiva população em idade escolar existente no referido município, que possui anexo ao mencionado Ginásio, um Grupo Escolar com cerca de 278 alunos,

todos futuros candidatos ao Curso Ginásial, sendo, portanto, justo que se pretenda integrá-lo na rede estadual de ensino.

Sob o aspecto legal, constitucional e jurídico, já se pronunciou favoravelmente a Doutra Comissão de Constituição e Justiça.

Assim, considerando que o presente Projeto de Lei não traz nenhuma implicação de ordem financeira e tratando-se da difusão de estabelecimento de ensino no interior, tão carente de instrução, somos pelo parecer favorável ao projeto acima epigrafado, por necessidade regional.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 4 de julho de 1972.

aa) Fuad Nacli — Presidente
Antonio Belinati — Relator
João Fadel
Antonio Lopes Júnior

Comissão de Instrução Pública

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 283-71

1) — O presente Projeto de Lei, já obteve pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças, desta Assembléia Legislativa.

2) Quanto ao mérito, razão pela qual opina esta Comissão de Instrução Pública, nada vemos que possa obstaculizar o pretendido visto que virá conciliar problemas de uma área densamente povoada do Estado do Paraná.

3) — Isto posto, somos favoráveis.

Sala das Comissões, em

aa) Antonio L. Junior — Presidente
Gabriel Manoel — Relator
Cândido M. de Oliveira.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 110-72, de autoria do Dep. Wilson Fortes, declara de Utilidade Pública, a Associação das Senhoras de Rotarianos de Paranavai, com sede na cidade de Paranavai. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 110-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação, das Senhoras de Rotarianos de Paranavai, com sede na Cidade de Paranavai.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de julho de 1972.

a) Deputado Wilson Fortes

JUSTIFICATIVA:

O plano de Lei em foco tem por escopo a declaração da Utilidade Pública da Associação das Senhoras de Rotarianos de Paranavai, a qual possui a estrutura de sociedade civil, tendo como finalidades principais: manter, dirigir e colaborar com obras e iniciativas de cunho meritório. Nada mais justo, portanto, que o reconhecimento da utilidade pública desta Associação, considerando-se a nobreza dos seus objetivos, que se traduzem na integração e bem estar social.

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER

Somos pela aprovação do presente Projeto de Lei que atende os requisitos legais e não fere princípios de Lei Menor.

Sala das Comissões, em 27-9-72.

aa) Armando Queiroz — Presidente
Santos Lima — Relator
Muggiati Filho
Erondy Silvério
Cândido M. de Oliveira
Ovidio Franzoni.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 129/72, de autoria do Dep. Antonio F. Ferreira da Costa que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a "Pia Sociedade Beneficente Hospital Nossa Senhora das Dores" do Município de Guaraniaguá. Parecer favorável da C.C.J. COM SUBSTITUTIVO GERAL. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 129-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECLARA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública Estadual a Pia Sociedade Beneficente Hospital Nossa Senhora das Dores do Município de Guaraniaguá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1972.

a) Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa Filho

JUSTIFICATIVA:

A Pia Sociedade Beneficente Hospital Nossa Senhora das Dores, fundada em 31 de janeiro de 1966, é uma sociedade Civil, filiada à Mitra Diocesana, composta de número ilimitado de sócios e sem distinção de nacionalidade, sexo ou religião. Os nobres, fins que lhe deram origem são, entre outros, o atendimento da saúde física e moral de associados ou não, o impulso à difusão cultural, às relações de amizade e caridade e prestação de serviços nas esferas municipal, estadual e federal.

Nada mais justo portanto que a sociedade em questão, lutando somente com os seus próprios recursos seja declarada de Utilidade Pública estadual. É o que presentemente levo à consideração dos deputados desta Casa Legislativa.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 129-72

PARECER

1.) Com o presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa Filho, visa declarar de Utilidade Pública a Pia Sociedade Beneficente Hospital Nossa Senhora das Dores, com sede e foro na cidade de Guaraniaguá.

2.) Referida proposição, está de acordo com o que dispõe os dispositivos da Lei Federal n. 91, de 29.8.35 regulamentada pelo Decreto n. 50.517,

de 2.5.61 donde se conclui que a mesma preenche aos seguintes requisitos, contidos em seu Estatuto: a) — que tem personalidade jurídica; b) — que seus diretores não são remunerados por qualquer forma; c) — que está em funcionamento há mais de um (1), ano e; d) que presta, desinteressadamente auxílios à coletividade.

3.) — Quanto aos aspectos constitucionais, legal e da oportunidade que cabe a esta Comissão examinar, não há restrições a fazer.

4.) Dadas as considerações expostas, somos pela sua aprovação, desde que observado o Substitutivo Geral anexo.

Sala das Comissões, em 13.9.72.

aa) Mauricio Fruet — Presidente (em exercício)
Ovidio Franzoni — Relator
Muggiati Filho
Igo Losso
Cândido M. de Oliveira
Erondy Silvério.

Comissão de Constituição e Justiça Substitutivo Geral

AO PROJETO DE LEI N. 129-72

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a "Pia Sociedade Beneficente Hospital Nossa Senhora das Dores", com sede e foro na Cidade de Guaraniaguá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) Mauricio Fruet — Presidente (em exercício)
Ovidio Franzoni — Relator

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 139-72, de autoria do Dep. Odilon Reinhardt, declara de Utilidade Pública a "Fundação da Indústria Turística para Reclusos e Menores de Cascavel" — FITURMEL, com sede e foro na cidade de Cascavel. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 139-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a "Fundação da Indústria Turística Para Reclusos e Menores de Cascavel", FITURMEL, — com sede e foro na cidade de Cascavel.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1972.

a) Dep. Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA:

Considerando como um dos problemas que mais preocupam na atualidade o mundo todo, qual seja o relacionado com o alto índice de delinquência juvenil, é que, não poderamos de maneira nenhuma, ficarmos omissos aos inúmeros benefícios que trará à cidade de Cascavel e a região oeste do nosso Estado a criação da Fundação Indústria Turística para Reclusos e Menores de Cascavel — "FITURMEL".

Cascavel, através de sua gente, tem estado constantemente preocupada com os problemas que afligem a juventude, de sua terra, principalmente pelo alto índice de desenvolvimento que ora atravessa e que tem como principal consequência o afluxo da juventude àquela cidade em busca de novas perspectivas em suas vidas.

Tal fato, provoca muitas vezes consequências desagradáveis, pois nem todos que lá chegam conseguem colocação.

E permanecem pelas ruas da cidade em estado de quase total abandono e desespero, sendo empurrado à realização e prática de determinados atos contrários à sua vontade.

E os preocupados com tal situação e objetivando proporcionar maior tranquilidade à família cascavelense, que o povo daquele município cotizou-se e através de esforço conjunto tornou realidade e viu nascer a FITURMEL.

E como incentivo e reconhecimento à realização da gente de meu município que apresento aos ilustres membros desta Casa de Leis o presente plano de Lei, que se aprovado, virá premiar e reconhecer os méritos da FITURMEL, e servirá de estímulo a que a cidade de Cascavel através de sua gente, atire-se em novas realizações, que estarão projetando o município e o Estado do Paraná perante os olhos do Brasil.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 139-72

PARECER

1) — Visa o presente Projeto de Lei, de autoria do ilustre Deputado Odilon Reinhardt, declarar de utilidade pública a "Fundação da Indústria Turística para Reclusos e Menores de Cascavel", — FITURMEL, com sede e foro na cidade de Cascavel.

2) — A Lei Federal n. 91 de 28.8.35, que regula a declaração de utilidade pública, exige que, somente poderão ser declaradas como tal as sociedades civis, as associações e fundações, desde que comprovem: a) — que adquiriram personalidade jurídica; b) — que estão em efetivo funcionamento e servem desinteressadamente à coletividade e; c) — que os cargos de sua diretoria não são remunerados.

3) — Examinando o estatuto da Fundação da Indústria Turística para Reclusos e Menores de Cascavel verificamos que aquele órgão preenche aos requisitos exigidos pela lei que regulamenta a matéria em foco.

4) — Assim, pois, dadas as considerações expostas e não havendo qualquer impedimento de ordem legal ou constitucional, somos favoravelmente a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1972

aa) Mauricio Fruet — Presidente
Ovidio Franzoni — Relator
Muggiati Filho
Igo Losso
Erondy Silvério
Cândido Martins de Oliveira

O SR. PRESIDENTE — Sob a mesa Requerimento de autoria do sr. Deputado Quielso Crisóstomo constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Resolução n. 34-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando a retirada da Pauta da Ordem do Dia, do Projeto de Lei n. 90-70. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, lido da Tribuna, solicitando informações ao Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná SA. (Badep), em discussão.

O SR. JOÃO MANSUR — (Pela ordem) Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão do Requerimento, para o final da Ordem do Dia da próxima Sessão, de acordo com o Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações, à Rádio Cultura do Paraná, pela cobertura dada ao último pleito eleitoral. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado através de expediente próprio, veementemente apelo aos srs. Presidente do IPASE e Delegado Regional em Curitiba do mesmo Instituto, no sentido de que seja instalada na cidade de Foz do Iguaçu, uma Agência desse órgão previdenciário. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente, solicitando sejam abonadas as faltas dos dias 9, 11, 12, 13, 23, 26 e 27 do mês próximo passado. — Ao sr. 1.º Secretário para os devidos fins.

O SR. JOÃO MANSUR — (Pela ordem). Sr. Presidente, srs. Deputados, ao tomar conhecimento da relação encaminhada a esta Presidência em relação à escolha do novo líder da Bancada, cargo que vinha exercendo até este momento, embora não tenha sido designado o dia para a escolha do novo líder, mas para que meus companheiros sem constrangimento possam escolher o homem que irá dirigir os destinos de nossa Bancada aqui dentro desta Casa, quero inicialmente agradecer o apoio que recebi até hoje de meus companheiros e reafirmar que procurei dentro da minha humildade e com minha simplicidade, cumprir com tudo aquilo que estava dentro de meu alcance.

Nestas condições considero-me desligado da liderança da ARENA, aguardando a decisão da maioria desta Casa, da nossa Bancada e fazendo votos de que nossos companheiros, inspirados, possam escolher um líder que venha de encontro às nossas aspirações, um líder que venha resolver os nossos problemas e os problemas que dizem respeito à nossa Casa.

Agradeço a colaboração, a compreensão e até mesmo o auxílio que recebi de muitos de meus companheiros e deixo consignados publicamente os meus sinceros agradecimentos e respeito a todos os companheiros que me honraram, há poucos meses atrás, quando me levaram à condição de Líder da Bancada aqui nesta Casa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Sr. Presidente srs. Deputados. Foi com surpresa que vi encaminhado este documento para que a Mesa desse conhecimento à Casa do conteúdo do mesmo. E com surpresa, pelo seguinte: a origem deste movimento remonta à última visita que fez ao nosso Estado o Sr. Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici.

Não sei por que gestões, admitiu-se apenas a presença de sete Deputados na audiência que o sr. Presidente da República teve com esta Casa. Se partiu do Itamaraty, uma desconsideração do Itamaraty; se partiu do próprio Presidente da República, uma desconsideração do Presidente da República para com o Poder que representa o povo e é o sustentáculo do regime democrático neste País.

Quando o saudoso Presidente Costa e Silva esteve em visita ao Paraná, todos lembram que S. Exa. recebeu e conversou com os Deputados, um a um, ouvindo as reivindicações de que eram portadores em nome do povo do Paraná.

Não vejo porque razão um Presidente que goza da estima, do respeito, da admiração e da confiança do povo brasileiro, tenha medo de conversar com os Deputados, um a um. Não vejo por que a distinção de se escolher sete Deputados apenas. Não sei se isto partiu do Itamaraty, como se apregoeou ou do Presidente da República, ou do Governo do Estado.

O fato é que imputamos ao líder do Governo e da ARENA, naquela oportunidade, a responsabilidade da escolha de sete Deputados. Não lhe cabia culpa alguma do número de Deputados a serem entrevistados com o Sr. Presidente da República, porque isto fora fixado não sei por quem, como disse anteriormente. Mas a meu ver e ao ver do Deputado Luiz Roberto Soares cabia a culpa ao líder do Governo pelo sistema da escolha porque se só sete Deputados seriam admitidos na entrevista do Sr. Presidente da República, então, o nobre Deputado João Mansur deveria consultar um a um, os Deputados, para ver quem desejava falar com o sr. Presidente da República. E se o número daqueles que desejavam fazê-lo fosse superior a sete, então, deveria ser feito um sorteio e não se fazer a escolha a dedo dos sete. Srs. Deputados. Não sei porque motivo se fez essa escolha, se porque era louro, moreno, alto, baixo, magro, gordo. Não vejo sentido nenhum nos nomes que foram escolhidos. Não vejo sentido nenhum de veria ter sido feito um sorteio, isso é que era direito. Então, me insurgiu na oportunidade quanto a escolha, porque eu pensava que tivesse partido do Líder da ARENA. Subscrivi um documento que se encontra na Mesa, para que a Bancada tivesse o seu próprio Líder, não porque o sr. Deputado João Mansur não gozasse de minha confiança pessoal, porque o considero um dos mais íntegros desta Casa Legislativa, é um dos Representantes do povo de quem mais deve se orgulhar o povo paranaense. Não faço nenhuma restrição pessoal ao nobre Deputado João Mansur. Mas acho que a tese é legítima. Líder do Governo é Líder do Governo. Líder da Bancada deve ser Líder da Bancada. Porque já exerci a mesma função conjuntamente, já fui líder do Governo e Líder da ARENA, e sei o conflito íntimo que nasce dentro da alma desse Líder que absorve as duas lideranças, as vezes, o Deputado tem razão numa reivindicação e o Governo não quer atendê-lo. Então, como se comportará o Líder? Há um conflito íntimo, íntimo mais violento. Então devem existir dois líderes.

Assinei e subscrivi o requerimento.

Ontem, realizou-se uma reunião para a escolha imediata do novo líder. Posteriormente, explicações que foram dadas à Bancada pelo nobre Deputado

João Mansur, provaram e evidenciaram, que não foi de sua responsabilidade a fixação dos nomes de Deputados que deveriam entrevistar-se com o Sr. Presidente da República; teria vindo do Itamaraty, nem o nobre Deputado João Mansur soube nos explicar com precisão. Ora, se não houve culpa no episódio por parte do nobre Deputado João Mansur, não via porque o aedamento de substituir-se um Líder de Bancada a menos de dez dias do encerramento do período legislativo. As paixões geradas pelas eleições de 15 de novembro ainda estavam acesas. Ainda haviam os resquícios das derrotas eleitorais. Muitos atribuíram-nas ao Governador Parigot de Souza, outros ao Líder do Governo, mas injustamente. Nós sabemos que eleição é eleição, ninguém sabe o que pensa o eleitor. O MDB teve um crescimento extraordinário nesta eleição em função da atuação de absoluta independência de sua pequena mas valorosa Bancada. Mas, isso foi em decorrência do MDB ter trazido uma mensagem ao povo paranaense. Houve um crescimento do MDB, nas últimas eleições, mas não podemos debitar isso ao Líder João Mansur, absolutamente.

E ontem, parece-me que o pensamento da Maioria lá dentro era de se substituir, imediatamente, o sr. João Mansur, como Líder da ARENA, atribuindo-lhe alguma culpa pelos insucessos eleitorais que tiveram alguns srs. Deputados, em vários dos municípios que representam nesta Casa.

Disse, ontem, que eu não me prestava para serviço de grupo, dentro desta Casa. Subscrivi o requerimento porque é uma tese legítima e verdadeira. A Bancada deve ter um Líder, um homem independente um homem que leve ao sr. Governador as queixas, as reclamações, as reivindicações da Bancada, independentemente do Líder do Governo. Essa é uma tese legítima e que defendo. Mas jamais deve servir de instrumento de grupo, visando obtenção de cargos nas próximas eleições que vão se verificar para renovação da Mesa Legislativa, em fevereiro próximo.

Então, eu achava, era minha tese, que deveríamos esperar o término, o encerramento do atual Período Legislativo para, então a Bancada reunida escolher seu Líder e iniciar gestões em torno da composição da futura Mesa do Poder Legislativo.

Mas vi, com surpresa, que para abortar esse meu pensamento encaminhava-se acodadamente a esse requerimento para que a Comissão Executiva desse conhecimento à Casa.

Foi uma descondição que se fez a um homem que, pode ter seus defeitos, mas procurou atender a todos com distinção e dignidade.

Nesta altura dos acontecimentos Sr. Presidente, não me resta outra atitude senão riscar o meu nome desse documento e emprestar a minha solidariedade ao Deputado João Mansur em razão do aedamento com que foi tratada a matéria. — (Sem revisão do orador).

O SR. NELSON BUFTARA — (Pela ordem). Sr. Presidente Srs. Deputados. Talvez Vs. Exas. interpretem meu pronunciamento como intromissão indevida de um Deputado que pertence a uma Bancada oposicionista. Porém, não poderia deixar de fazê-lo porque um desses sete Deputados convidados para aquela cerimônia oferecida ao Presidente Médici fui eu, por razões que desconheço. Tenho certeza, no entanto, que jamais tivesse o Deputado João Mansur escolhido a dedo esses sete Deputados por serem mais simpáticos ou menos simpáticos.

Queria neste instante, em meu nome pessoal já que o Presidente da Bancada, Deputado Sebastião Rodrigues, não me outorgou poderes para tanto, fazer uma declaração. Jamais o MDB foi tão pacífico, jamais o MDB preocupou-se pouco o Governo, jamais o MDB teve uma atuação tão delicada como ultimamente. Isto deve-se ao Deputado João Mansur que soube ser um líder incontestado não somente da ARENA, como soube ter afinidade com os líderes anteriores da MDB e agora com o Deputado Sebastião Rodrigues. Com isto houve a mais perfeita harmonia, a qual é importante para o bem estar de nosso Estado.

Em função disto não poderia deixar de emprestar a minha inteira solidariedade pessoal ao Deputado João Mansur porque foi, como bem disse o Deputado Erondy Silvério, acusado, "data venia" a opinião dos Srs. Deputados, injustamente num episódio que não lhe cabe a menor parcela de culpa.

Parabenizo-me com o Deputado Erondy Silvério por ter feito essa apologia ao Sr. Deputado João Mansur. Isto faço em meu nome pessoal. Talvez, como já disse seja uma intromissão em um assunto íntimo da Bancada arenista. Mas se faço esta declaração neste momento é para que os Anais registrem a minha inteira e irrestrita solidariedade ao Deputado João Mansur. — (Sem revisão do orador)

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem). Sr. Presidente. Srs. Deputados.

Cabe-me neste momento tecer algumas considerações a propósito deste problema da liderança da Bancada, da liderança do Governo. Devo deixar bem claro que entendo e penso estar interpretando o pensamento da maioria dos Deputados que apuseram sua assinatura no protocolo que entendeu ser necessária a criação de uma liderança de bancada independentemente da liderança do Governo.

De plano, desejo deixar igualmente claro que o episódio da visita do Presidente da República, à qual foram convidados apenas sete Srs. Deputados, é absolutamente relevante para a tese. Sei que o nobre Líder Deputado João Mansur não teve nenhuma responsabilidade no episódio. Todavia, considero relevante porque se apus a minha assinatura num documento é porque entendo ser a tese perfeitamente legítima e mais que isto necessária. Qualquer regime democrático só pode se estruturar em torno de partidos políticos e não há democracia sem partido político partido político só existe onde tenha atuação e concreto comportamento. Nestas circunstâncias, e tendo que se criar uma liderança do Partido nesta Casa, estará se colaborando para dar maior vigor e consistência ao Partido, e, além disso, para se dar, igualmente, maior tino democrático a esta Assembleia.

Quanto ao que o nobre Deputado Erondy Silvério qualificou de aedamento dando ciência através da Presidência desta Casa, a todos os Srs. Deputados, devo dizer, como autor que fui do encaminhamento, que, se assim fiz foi porque a maioria dos Srs. Deputados que assinaram o protocolo, estavam favoráveis, razão pela qual justifico neste momento o encaminhamento, à Presidência desta Casa do referido protocolo.

Quero deixar também claro que em nenhum momento — e isto o próprio texto-protocolo deixa expresso com todas as letras — o nobre Deputado João Mansur deixou de merecer a nossa confiança. Poderá vir até a ser o Líder da Bancada, e desde já quero dizer do prazer que sentiríamos em sermos o seu liderado; apenas reafirmo a minha intenção na legalidade do texto, que pretende criar uma liderança do Partido nesta Casa, escolhida pelos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Pela Ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente, embora contrariando um pouco V. Exa., eu me permito usar a palavra em nome do Partido que tenho a responsabilidade de liderar nesta Casa, para reafirmar o que o nobre Deputado Nelson Buffara há pouco expressou, qual seja, o nosso desejo de não nos intrometermos em problemas internos da ARENA. Respeitamos a intimidade da Bancada do Partido da Maioria, da mesma forma que desejamos que nossa intimidade seja respeitada. Apenas, no episódio, já que ele encerra particularmente a despedida do nobre Deputado João Mansur da liderança da Bancada da ARENA nesta Casa, eu não poderia deixar passar este momento sem manifestar à Casa a nossa satisfação em termos privado com o nobre Deputado João Mansur e termos participado com ele, nos entendimentos ocorridos nesta Assembleia durante o ano que já se vai findando, e, ao trazermos a consignaço desta nossa satisfação, queremos deixar aqui patetizado que, qualquer que seja o Líder escolhido soberanamente pela Bancada da ARENA, nós do MDB o receberemos com uma afirmação da maioria dos parlamentares da ARENA nesta Casa desejando que os entendimentos se processem da mesma forma como até agora, sob a liderança do ilustre Deputado João Mansur, em nível alto, que bem diz da conveniência do entendimento entre as lideranças que devem atuar no Plenário desta Assembleia.

Eram estes os esclarecimentos que desejávamos manifestar neste plenário. Agradeço a V. Exa., penhoradamente. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 22, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 102-72, 106-72 e Projetos de Resolução n.ºs. 30-72, 31-72, 32-72 e 33-72.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 283-71, 110-72, 129-72 e 139-72.

1.a DISCUSSÃO — 302-67, 36-69, 11-72 e 192-72.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.a LEGISLATURA — 2.a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 29.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Senhor Deputado Cândido M. M. de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o Senhor Deputado Basílio Zanusso apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 471/67 — autor senhor deputado Wilson Fortes, que cria na cidade de Loanda, o Curso Científico para funcionar a partir do próximo ano letivo. PROJETO DE LEI N.º 112/71 — autor deputado João Mansur, que declara de utilidade pública o Hospital Amazonas Pereira Caldas, do Mun. de Pinhão. PROJETO DE LEI N.º 183/71 — autor deputado Maurício Fruct, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Profissional para recuperação de menores delinquentes, nesta Capital. PROJETO DE LEI N.º 186/71 — autor deputado Antonio F. F. da Costa, que autoriza o Poder Executivo a construir uma Cadeia Pública e uma Delegacia de Polícia no Mun. de Guaraniáçu. PROJETO DE LEI N.º 210/71 — autor deputado Ivo Tamazoni, que transfere ao D.E.R., a estrada que liga Vila Grápiá no Mun. de Salto do Lontra, via Vila Estrela do Iguaçu ao Porto Bonito, no Mun. de Catanduvas. PROJETO DE LEI N.º 256/71 — autor deputado Antônio F. F. da Costa, que autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R. para fins de conservação e melhoria a estrada que liga o Mun. de Icaraima a Querência do Norte. PROJETO DE LEI N.º 265/71 — autor deputado Fabiano B. Côrtes, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar para fins de conservação e melhoria a estrada que liga Imbaú à Telêmaco Borba. PROJETO DE LEI N.º 12/72 — autor deputado Wilson Fortes, que declara de utilidade pública o Centro de Assistência e Promoção Social Isabelense, com sede na cidade de Santa Izabel do Ivaí. PROJETO DE LEI N.º 21/72 — autor deputado Borsari Netto, que declara de utilidade pública a Associação Universitária do Departamento de Edificações e Obras Especiais, com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI N.º 78/72 — autor deputado Cândido M. Martins de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) à Irayde França Assad, viúva do ex-Delegado de Polícia Esperidião Assad. PROJETO DE LEI N.º 107/72 — autor deputado João Fadel, que denomina Dr. Silvio Bittencourt Linhares, o Hospital Estadual de Antonina. PROJETO DE LEI N.º 132/72 — autor deputado Marciano Baraniuk, que declara de utilidade pública a Sociedade Paranaense Divina Providência, com sede nesta Capital. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 19/72 — autor deputado Maurício Fruct, que autoriza a Comissão Executiva a instituir medalhas alusivas como prêmio de participação de estudantes paranaenses no Projeto Rondon, e dá outras providências. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lelio Guimarães Sotto-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os feitos legais.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Lélio G. Sotto-Maior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 471/67

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica criado o Curso Científico na cidade de Loanda, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º. O Poder Executivo baixará os atos necessários para a constituição e funcionamento do Curso Científico, previsto no artigo 1.º da presente lei.

Art. 3.º. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23-10-72

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Basílio Zanusso — Jorge Sato — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 112/71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica declarado de utilidade pública o Hospital Amazonas Pereira Caldas, com sede no Município de Pinhão.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23-10-72

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Basílio Zanusso — Jorge Sato — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 183/71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar em Curitiba uma Escola Profissional para recuperação de menores delinquentes.

Art. 2.º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista para o ano de 1.973.

Art. 3.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23-10-72

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Basílio Zanusso — Jorge Sato — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 186/71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma Cadeia Pública e uma Delegacia de Polícia na sede do Município de Guaraniáçu.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23-10-72

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Basílio Zanusso — Jorge Sato — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 210/71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que, passando por Vila Estrela do Iguaçu, liga a Vila Grápiá, no Município de Salto do Lontra, ao Porto Bonito, no Município de Catanduvas, numa extensão de 12 kms. aproximadamente.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23-10-72

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Basílio Zanusso — Jorge Sato — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 256/71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Icaraima a Querência do Norte, em um trecho aproximado de 25 kms.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23-10-72

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Basílio Zanusso — Jorge Sato — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 265/71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga a localidade de Imbaú, na Rodovia do Café, à cidade de Telêmaco Borba.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23-10-72

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Basílio Zanusso — Jorge Sato — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 12/72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica declarado de utilidade pública o Centro de Assistência e Promoção Social Isabelense, com sede e foro na cidade de Santa Izabel do Ivaí.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23-10-72

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Basílio Zanusso — Jorge Sato — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 21/72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública a Associação Universitária do Departamento de Edificações e Obras Especiais, com sede em Curitiba.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23-10-72

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Basílio Zanusso — Jorge Sato — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 78/72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) à Irayde França Assad, viúva do ex-Delegado de Polícia Esperidião Assad.

Art. 2.º. A despesa com a execução desta lei correrá à conta da verba própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23-10-72

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Basilio Zanusso — Jorge Sato — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 107/72
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica denominado Dr. Silvio Bittencourt Linhares, o Hospital Estadual de Antonina, localizado na cidade do mesmo nome, neste Estado.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23-10-72

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Basilio Zanusso — Jorge Sato — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 132/72
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Paranaense Divina Providência, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23-10-72

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Basilio Zanusso — Jorge Sato — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 19/72
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º. Fica autorizada a Comissão Executiva a instituir como prêmio de participação dos estudantes paranaenses no Projeto Rondon, medalhas alusivas a este empreendimento sócio-cultural, a ser entregue anualmente em solenidade a ser efetivada no Palácio 19 de Dezembro.

Art. 2.º. As medalhas, confeccionadas em ouro, terão no verso o emblema do Paraná e no anverso as palavras: Prêmio de Participação do Projeto Rondon, Instituído pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e serão ofertadas a todos os participantes do Paraná, naquele Grupo de Trabalho.

Art. 3.º. As despesas decorrentes desta iniciativa correrão à conta da verba Encargos Diversos, consignação 3.1.4.0.02, do Decreto Legislativo 201/72.

Art. 4.º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23-10-72

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Basilio Zanusso — Jorge Sato — Relatores

COMISSÃO DE FINANÇAS
2.a SESSÃO LEGISLATIVA — 7.a LEGISLATURA
ATA DA 7.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões, às 16 horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Fuad Nacli, contando com as presenças dos Senhores Deputados João Fadel Filho, Antonio Lopes Junior, David Federmann, Odilon Reinhardt, Jorge Sato e Mauricio Fruet. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI N.º 316/70 — de autoria do Senhor Deputado Olavo Ferreira, que dá nova redação à Lei n.º 6.156, de 2.10.70, (enquadramento de Professores do Curso Secundário). Relator Senhor Deputado Antonio Lopes Junior, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 11/72 — de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), à viúva Maria Coeli Pernecheli. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 17/72 — de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), à Agostinho Corrêa de Bittencourt. Relator Senhor Deputado David Federmann, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 48/72 — de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati, que autoriza o P.E. criar um ginásio estadual, no Bairro do Aeroporto da Cidade de Londrina, e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Antonio Lopes Junior, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 64/72 — de autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, que autoriza o P.E. proceder asfaltamento da rodovia que liga a BR-116 à Colônia Faria, Município de Colombo, e desta à localidade de Guaratuba na BR-476. Relator Senhor Depu-

tado João Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 65/72 — de autoria do Senhor Deputado Etondy Silvério que acresce ao parágrafo que especifica o artigo 140 da Lei 6.174, de 16.11.70 (Estatuto dos Funcionários Públicos e Cíveis do Estado). Relator Senhor Deputado Antonio Lopes Junior, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 89/72 — de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo criar um curso científico, no ginásio estadual do Município de Santa Izabel do Ivaí, para funcionar no próximo ano letivo. Relator Senhor Deputado Antonio Lopes Junior, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 43/72 — de autoria do Senhor Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo criar um ginásio no distrito de Alvorada d'Oeste, Município de Cascavel, autorizando igualmente, construir através da Secretaria de Viação Obras Públicas, o prédio para funcionamento do referido ginásio e dá outras providências. Relator Senhor Deputado David Federmann, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 115/72 — de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati, que transfere ao Departamento de Estradas de Rodagem, a rodovia Faxinal-Grandes Rios, passando por Porto Perigoso, bifurcando rumo ao Distrito de Rosário, Município de Ortigueira, e daí em diante toma a direção do Distrito Rio Branco, Município de Grandes Rios, terminando em Cândido de Abreu. Relator Senhor Deputado Odilon Reinhardt, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 123/72 — de autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Transportes, asfaltar o trecho de estrada, entre a cidade de São José dos Pinhais e a BR-468. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 136/72 — de autoria do Senhor Deputado João Fadel, que autoriza o Poder Executivo criar o Instituto Estadual da Soja e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Antonio Lopes Junior, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 168/72 — de autoria do Senhor Deputado Odilon Reinhardt que autoriza o Poder Executivo transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e manutenção a estrada que liga as cidades de Cascavel e Capitão Leonidas Marques. Relator Senhor Deputado Antonio Lopes Junior, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar eu, Teresinha Barbosa de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

aa) Fuad Nacli — Presidente

Teresinha Barbosa de Moura e Claro — Secretária

SERVIÇO DE ASSISTENCIA SOCIAL
RELAÇÃO DE ATENDIMENTOS EFETUADOS DO MES DE OUTUBRO DE 1972

ENCAMINHADOS

Assistência Social — Serviço Médico — (Consulta)	1.187
Assistência Social — Serviço Médico — (Retorno)	1.549
Departamento de Higiene Mental — Centro de Saúde	254
Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural	15
Hospital de Clínicas	197
Hospital de Crianças	83
Hospital Nossa Senhora das Graças	42
Hospital Evangélico	48
Hospital Evangélico de Queimados	01
Hospital Vitor do Amaral	03
Instituto Nacional de Previdência Social	17
Secretaria de Saúde Pública (Abreugrafia e Internamentos)	47
Santa Casa de Saúde e Misericórdia	484
S O M A T O T A L	3.927

INTERNADOS

Hospital de Clínicas	74
Hospital Vitor do Amaral	03
Hospital Adauto Botelho	78
Hospital de Crianças	23
Hospital Evangélico	18
Hospital Evangélico de Queimados	01
Instituto Nacional de Previdência Social	07
Santa Casa de Saúde e Misericórdia	275
S O M A T O T A L	479

OUTRAS PREVIDENCIAS

Secretaria do Trabalho — Passes de Trem	65
Consultas Médicas Domiciliares	67
Aplicações de Injeções	45

S O M A T O T A L 177

Curitiba, 3 de novembro de 1.972

JOEL NELSON HECKE — Chefe do S.A.S.